

Vassouras e Valença. Discutindo a questão da terra no final do século XIX

Roselene de Cássia Coelho Martins *

RESUMO

O artigo em questão é resultado de uma pesquisa que investiga a discussão que se fez a respeito do pensamento das elites políticas e intelectuais nos municípios de Vassouras e Valença, província do Rio de Janeiro, sobre a estrutura fundiária na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, na década de 1880.

Palavras-chaves: estrutura fundiária, propriedade de terras, século XIX.

ABSTRACT

The work investigates the discussion that it was made over the thought of the elite politic and intellectual in the municipal districts of Vassouras and Valença, province of Rio de Janeiro, concerning the property of lands in the producer coffee region (decade 1880).

Key words: property of lands, producer coffee region, XIX century.

O artigo que ora apresentamos é fruto de uma investigação, ainda em fase inicial, referente ao pensamento da elite intelectual e escravocrata no que tange ao retalhamento da propriedade de terras, no Vale do Paraíba fluminense, no final do século XIX, destacadamente na década de 1880.

Assim como a introdução do trabalho livre, a questão da estrutura fundiária do Brasil, marcada pelo predomínio de grandes propriedades monocultoras de café, mantenedoras do poder econômico nacional e também do poder político local, acabaram por fazer parte das discussões e de projetos que tratavam do assunto.

Ao analisarmos as fontes para a elaboração desse estudo, especificamente os jornais *O Vassourense* e *O Tempo*, respectivamente de Vassouras e Valença, deparamo-nos com artigos que, se não queriam dizer diretamente, pelo menos deixavam no ar uma idéia de que o Vale do Paraíba fluminense, não ficou à margem das principais discussões que se fizeram na década de 1880 no Brasil.

Sobre o tema Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA,1989: 63) escreve e, analisadas as devidas especificações de cada setor produtor cafeeiro dentro da província do Rio de Janeiro, conclui que a defesa da propriedade da terra seria a garantia futura de que, ruindo o trabalho servil, a elite latifundiária não ruiria também. Para ele, a questão da propriedade privada é dominante no pensamento da elite brasileira. O historiador anuncia que,

* Mestre em História Social pelo Programa de Mestrado da Universidade Severino Sombra – USS.

plenamente conscientes do momento em que viviam, os fazendeiros de café viam a terra substituir o escravo como equivalência de capital.

Analisaremos agora outros dois periódicos de época referentes à questão nos municípios de Vassouras e Valença, respectivamente.

1. O que dizia *O Vassourense*?

Fato é que as discussões referentes ao tema chegaram à Vassouras e podemos percebê-las através dos jornais de época, inclusive as propostas alternativas levantadas. Resta-nos agora analisar as discussões ocorridas e como Vassouras reagiu ante a questão da terra.

A discussão se iniciou em *O Vassourense* com um artigo de autoria de A. Vaz Pinto, de Juiz de Fora (*O VASSOURENSE*, 18/06/1882:2). Para ele, a transformação do trabalho escravo para o livre devia passar também, pela transformação da própria lavoura. No artigo, teceu comparações entre as vantagens da pequena lavoura e os malefícios da grande e após analisar a pequena e a grande lavoura na Antiguidade Clássica, especificamente nos domínios romanos, atacou mais enfaticamente a questão da grande propriedade de terra, considerando os contratos de salários e parcerias medidas meramente artificiais, que não repercutiam em atração de braços para a lavoura.¹

Interessante é o comentário que a redação do jornal faz a respeito da questão no final do citado artigo: “Penso que o fazendeiro, sem dar de mão ao domínio direto de suas terras ceda, entretanto, o domínio útil delas a forasteiros perpétuos, ficando destarte com o rendimento certo e a riqueza pública lucrando com o aumento da produção.”²

A nota ao final do artigo tentava persuadir os fazendeiros a implantarem o foramento de suas terras cedendo aos forasteiros o direito de utilizá-las em benefício próprio, mas não ser dono delas. Assim, as terras continuariam produtivas, o país continuaria a produzir, o fazendeiro receberia pela sua utilização e continuaria sendo seu proprietário. Nota-se que apesar das críticas do artigo à grande propriedade, há no comentário uma preocupação em se preservar a propriedade da terra. Os artigos veiculados no jornal *O Vassourense*, geralmente, se propunham a ajudar aos fazendeiros de café a solucionar seus problemas relativos à baixa produção e da mão-de-obra na década de 1880. Não convinha “assustar” os fazendeiros com propostas que lembrassem algo como “Democracia Rural” de André Rebouças.

Durante a década de 1880, debates inflamados ocorreram no Brasil propondo alternativas para a questão da introdução da mão-de-obra livre. Percebemos, através das

¹ Ibid.

² Ibid.

análises dos jornais de época, que os cafeicultores tinham o conhecimento de que o êxito na introdução da mão-de-obra livre (principalmente do imigrante) na sua lavoura deveria passar pela alteração fundiária e se assim fosse, determinaria a diminuição de seu poder.

Continuando a análise dos artigos, no mesmo ano de 1882, *O Vassourense* reproduziu um artigo do Conselheiro de Estado Bourepaire Rohan (O VASSOURENSE, 02/07/1882: 2-3), publicado originalmente no *Jornal do Comércio*. O texto propõe alternativas para a lavoura brasileira e sua publicação em um jornal de circulação pela região cafeeicultora, marcadamente latifundiária escravista. Rohan expõe ali as suas propostas, dentre as quais encontramos:

- A extinção completa da escravidão;
- A divisão da grande propriedade territorial;
- A criação de escolas agrícolas.

Chamou-nos a atenção o fato de não haver no final ou no início da transcrição nenhum comentário sobre o assunto por parte da redação diferentemente do artigo anterior. Tal fato nos induz a pensar que a intenção do jornal era apenas a de publicar “imparcialmente” um artigo que poderia provocar descontentamento entre os fazendeiros do município. Não tecendo comentários, o jornal cumpriria o seu papel de divulgar as mais variadas idéias.

Sabemos, entretanto, que só por fazê-lo ou por não fazê-lo já indica um posicionamento político. O silêncio nos é tão revelador quanto o pronunciamento. Fica-nos a idéia de que ao transcrever esse artigo o jornal mostra que não é tão relutante à proposta. Entretanto, e a ausência de comentário nos faz perceber o quanto o jornal está atrelado aos interesses dos cafeicultores.

Em *O Vassourense* há um artigo de Luiz Malafaia e A. Pinto Moreira (O VASSOURENSE, 25/05/1884: 1-2), que fala da criação de uma sociedade anônima, proposta pelos citados acima, composta de fazendeiros interessados, para que se efetivasse a imigração no município de Vassouras. No artigo encontramos a transcrição da carta enviada aos fazendeiros da região sobre a recente criação. Na carta constam os objetivos da Companhia Geral de Imigração, dentre os quais citaremos:

- Comprar terras incultas que, divididas em pequenas propriedades rurais servirão para a colocação de famílias, ou turmas de imigrantes, por contrato de venda, de arrendamento, de parceria ou outra qualquer natureza ou espécie;

- Encarregar-se por contrato com proprietários de terras cultivadas, ou aptas a cultivar, da conversão dessas também em pequenas propriedades.

Em 1886, houve a eleição e concorreram o deputado pelo Partido Conservador Manuel Peixoto de Lacerda Werneck e seu concorrente Leopoldo Teixeira Leite, filho do Barão de Vassouras, advogado e magistrado em Parayba do Sul, pelo Partido Liberal. Nesta eleição vemos claramente os projetos se confrontarem: de um lado, Manuel Peixoto, fazendeiro que a esta altura já havia implantado o sistema de parceria em suas terras, na Fazenda Val dos Reis, na localidade de Ferreiros (Vassouras). Representava aí, os cafeicultores do Brasil, que viam na mão-de-obra imigrante, não a substituição do trabalho e sim a substituição do trabalhador, sem maiores alterações na estrutura sócioeconômica do Brasil. Através do sistema de parceria, de colonato ou de assalariamento haveria a continuidade da grande lavoura e da grande propriedade. Mesmo assim, para o universo vassourense, Manuel representava a coragem de realizar grandes mudanças no sistema vigente.

Do outro lado, encontrava-se Leopoldo Teixeira Leite, filho do Barão de Vassouras, este último um importante cafeicultor, financista e empreendedor do desenvolvimento da vila e depois da cidade de Vassouras. Sua proposta diferenciava-se por incentivar a imigração européia espontânea, sendo favorável à atração de imigrantes pelos benefícios concedidos pelo governo imperial, e apoiar a distribuição de terras devolutas. Também, o fato de considerar a criação de núcleos coloniais como “medida mais acertada para a transformação do trabalho entre nós” (O VASSOURENSE, 10/01/1886: 4) mostra-nos que, se com cuidado tocou na questão da terra, foi mais incisivo no que se refere não à substituição da mão-de-obra, mas sim a do trabalho. E uma estava ligada à outra. O resultado das eleições foi favorável a Manuel Peixoto.

Em 31 de janeiro de 1886, o jornal *O Vassourense* publicou a fundação da Companhia Agrícola e Colonizadora de Vassouras. A fundação desta companhia veio mudar o foco do olhar vassourense sobre a questão da terra.

Se, até aquele momento, tínhamos cidadãos favoráveis à substituição da mão-de-obra escrava pela livre, mesmo conhecendo seus pontos negativos, principalmente sob o sistema de parceria, muito pouco era tocado em relação à terra e, quando o era, a proposta passava longe da divisão de terras de algum proprietário conforme era o pensamento de muitos intelectuais debatedores do abolicionismo e da democratização da terra.

A fundação da Companhia Agrícola e Colonizadora de Vassouras veio inserir uma nova proposta, um novo “projeto”, sobre a questão da terra. Relembremos algumas de suas propostas:

- Promoveriam a substituição gradual do trabalho servil pelo trabalho livre;
- Formar e vender lotes de terra, construir casa e tudo mais necessário à boa colocação de colonos proprietários do solo, dando preferência aos meeiros já estabelecidos em terras da companhia.

A companhia seria dividida em cotas de ações de 200\$000 para cada, sendo que o proprietário, Henrique Gaspar Laymayer, ficaria com uma cota maior obtendo assim o controle acionista da Companhia. Portanto, percebemos que não se queria simplesmente vender a terra para um outro proprietário, mas sim distribuir a terra através de ações, tornando os acionistas “colonos proprietários do solo”. Observa-se também que um dos objetivos era dar “preferência aos meeiros já estabelecidos nas terras da companhia”. Vemos que Henrique Gaspar Laymayer, proprietário da Fazenda da Palmas, em Sacra Família do Tinguá, não era novato no trato com os colonos, pois quando fundou a companhia já havia “meeiros” lá trabalhando. Ao que tudo indica, entre os colonos acionistas da companhia estariam também os imigrantes.

Importante é ressaltar que seja por qual motivo tenha sido idealizada, a companhia cumpriu o papel de propagandista da pequena propriedade, da cultura intensiva em terras que não eram devolutas e que não se localizavam à margem da estrada de ferro em Vassouras. Sem dúvida, algo desafiador no universo vassourense do momento.

2. E O Tempo?

Por que *O Tempo*? Infelizmente, temos que citar apenas um jornal de Valença, tal como ocorreu em Vassouras, pois já não existem mais outros disponíveis para consulta nos arquivos visto o grau de deterioração e à falta exemplares digitalizados ou microfilmados para análise do assunto.

A notícia de que a abolição da escravatura seria iminente e que era preciso encontrar alternativas para a substituição da mão-de-obra escrava era assunto recorrente nas páginas de *O Tempo*. Tal como em *O Vassourense*, as sugestões publicadas em *O Tempo*, durante os anos de 1880 e 1881 referiam-se à imigração européia como fonte alternativa.

Chamou-nos a atenção, entretanto, no decorrer da discussão a maneira como *O Tempo*, comparando-o com *O Vassourense*, enfatizou a questão da propriedade da terra. São

vários os artigos publicados nos dois anos analisados dando destaque à questão da propriedade da terra.

No artigo intitulado “Auxílio à lavoura” (O TEMPO, 12/12/1881: 1) verificamos que o autor chamou a atenção para o fato de que era necessário “o estabelecimento de pequenas lavouras, que se procura impedir por meio de impostos aos proprietários de terras conservarem mais da terceira parte destas sem cultura, que se construa estradas para todos os pontos mais férteis do nosso território (...)”. Percebemos em suas palavras que um meio eficaz de transformação da estrutura fundiária e alavancar o desenvolvimento da lavoura no final do século XIX passava por um dos pontos importantes desse debate: o imposto territorial como meio de se evitar a grande propriedade, principalmente a inculca.

Conforme o jornal ia tecendo a discussão ao longo das publicações, ficavam mais claras as propostas a respeito da introdução da mão-de-obra livre e a questão da terra. No artigo publicado em 16 de janeiro de 1881, sempre na mesma coluna intitulada “Redação”, foi colocado como fator de atração para que imigrante europeu viesse a trabalhar nas terras brasileiras a necessidade de os fazendeiros modificarem “as suas lavouras de modo a converter as grandes fazendas em muitos pequenos estabelecimentos agrícolas adequados aos contratos de parceria ou de arrendamento.” (O TEMPO, 16/01,1881: 1) Notamos, nesse momento, que a proposta da introdução de imigrantes nas lavouras através do sistema de parceria ou arrendamento não estava atrelada à grande propriedade. Essa constitui já uma diferença em comparado ao que vinha ocorrendo desde 1847, quando se fez a parceria nas fazendas do Senador Vergueiro, em Ibicaba – SP, e também em relação ao que os cafeicultores do Vale do Paraíba vinham fazendo até aquele momento: os contratos de parceria em grandes propriedades de terras para substituir a mão-de-obra do escravo nas lavouras de café.

Nas edições subseqüentes de *O Tempo*, notadamente nos dias 23 de janeiro e 10 de abril, o tema do fracionamento da grande propriedade foi lembrado novamente, sempre ao se referir à lavoura e à introdução do trabalho livre no Brasil. Os artigos destacavam ainda a importância não só de introduzir o imigrante nas lavouras de café, como já vinha ocorrendo em Valença desde 1852, mas que se fizesse o retalhamento da grande propriedade para que a lavoura de café alavancasse desenvolvimento.

Na edição do dia 24 de abril de 1881, a coluna Redação apresentou um novo elemento à discussão ressaltando que os fazendeiros reclamavam da falta de braços e de capital, mas ninguém protestava contra a má distribuição das propriedades territoriais. Ainda continua: “E

no entanto, como há de a lavoura progredir, sendo tão pequeno o número de proprietários e sendo tão difícil ao proletário a aquisição de terras?” (O TEMPO, 24/03/1881:1).

Pela citação acima, vemos o autor introduzir um novo agente social nesse quadro. Até aqui nos pareceu que se privilegiava apenas o imigrante como o substituto do escravo como mão-de-obra da lavoura de café. Apesar do restante do artigo não tecer nenhum comentário a mais deixa-nos uma brecha para que pensemos quem seria o “proletário” a que se refere o artigo. Seria proletário somente o imigrante ou abriria o leque de oportunidade para a mão-de-obra nacional livre ou para o liberto? Não obstante, falava na dificuldade da aquisição de terras. Nesse sentido, o artigo introduziu nesse debate a crítica à Lei de Terras de 1850 que dificultou o acesso à terra mediante a exigência da compra das mesmas. Dessa forma, ficaram excluídos todos aqueles que não tivessem renda o suficiente para adquiri-la, seja imigrante ou nacional livre ou o liberto.

Muito interessante é o artigo publicado no dia 22 de maio de 1881, intitulado “As causas do atraso no Brasil”. Nele o autor analisou as causas do atraso brasileiro e teceu sugestões, um “projeto” para que o Brasil conhecesse o desenvolvimento. Entretanto, o que mais chamou a atenção nesse artigo foi a mudança de discurso, se comparado aos artigos anteriores. A confirmação desse fato se faz quando advertiu que

“Em geral tudo o que temos dito em relação à grandes propriedades pouca aplicação tem ao município de Valença, onde não há necessidade de impostos, nem de outros meios para promover a subdivisão de terras; por enquanto este fato se vai realizando lentamente, graças à fertilidade do solo e ao grande afluxo de estrangeiros que para aqui tem lugar desde muitos anos.” (O TEMPO, 22/05/1881:1)

Se o discurso mudou em relação às necessidade da pequena propriedade no município de Valença, mudou também em relação ao imposto territorial afirmando que “é um meio pouco simpático á população. Não convirá empregá-lo senão nas proximidades da Corte e de portos do mar importantes”. Aparecem agora as palavras “Cortes” e “portos do mar” considerando assim a necessidade do mesmo ser válido apenas nas grandes propriedades próximas ao litoral fluminense. Não obstante, para o autor, “separar as fazendas de criar é uma necessidade, não sucede o mesmo com os terrenos de lavoura”. Sabendo-se que na década de 1881 a atividade de “criar” não constituía a principal atividade econômica do município, a divisão da grande propriedade seria então, para ele, desnecessária na região.

Acrescenta ainda que a necessidade da divisão ou retalhamento da grande propriedade não se fazia necessária, principalmente na região do Vale do Paraíba onde se localiza o município de Valença, pois

“muitos imigrantes e como destes muitos querem ser lavradores, um ou outro sempre consegue convencer os fazendeiros cujas finanças não estão bem equilibradas, a lhe cederem alguns alqueires de terras, para que estabeleçam um sítio e assim pouco a pouco se transformarem as enormes fazendas em meia dúzia de pequenos lavradores cheios de vida e prosperidade.”³

Durante o mês de junho nenhuma nota sobre a propriedade da terra foi publicada na coluna Redação ou em outra parte do jornal. O destaque se deu sobre a necessidade dos assinantes renovarem as assinaturas. No mês de julho, o jornal não circulou, provavelmente devido às dificuldades financeiras. O mesmo voltou a circular em agosto e dessa vez com mais um proprietário. Além do nome do antigo proprietário, Joaquim Cândido de Oliveira, apareceu também o nome de Custódio Antonio Silva. A partir do retorno do jornal *O Tempo*, nenhum artigo sobre a pequena propriedade foi escrito. Assim vai até 1882, data do último exemplar ainda legível.

3. Conclusão

Resumindo, verificamos que entre os pontos de destaque na discussão apresentada em *O Vassourense* estão: a imigração européia aliada à parceria como alternativa; a imigração espontânea é considerada como a mais eficaz; aforamento e arrendamento são os melhores meios de se fazer o “retalhamento” da grande propriedade produtiva; quanto à distribuição de terras para o estabelecimento de pequenas propriedades, o discurso girava em torno de terras devolutas ou incultas.

Em relação ao jornal *O Tempo*, de Valença, parece-nos que as propostas reproduzem mais os discursos dos projetos abolicionistas como, por exemplo, o de Rebouças. Vejamos: desmembramento da grande propriedade em pequenas propriedades de terra; estabelecimento de imposto territorial para propriedades improdutivas; construção de estradas e vias de comunicação; criação de bancos agrícolas para pequenos lavradores; concessão de prêmio por produtividade; crítica à lei de Terras de 1850.

Analisando ambos os jornais, é notório que as propostas veiculadas pelo *O Vassourense* como solução para a crise da mão-de-obra e da lavoura na região não passaria necessariamente pela transformação do trabalho e muito menos da estrutura fundiária. O jornal *O Vassourense*, ao mesmo tempo em que publicava artigos referentes á necessidade de se alterar a estrutura fundiária, tecia comentários que nos revelam o quanto era delicado tocar no assunto. A redação do jornal jamais foi enfática ao falar da questão. A questão era sempre tocada por pessoas alheias à redação do jornal e ao município. E quando o fazia, a referência

³ Idem.

se dava em relação às terras incultas ou devolutas, tentando não desagradar aos proprietários de terras do município.

Enquanto o temor em se tocar na questão da propriedade de terra pairava em *O Vassourense*, Valença abordava no princípio a questão com mais clareza em *O Tempo* e, detalhe, pela Redação do jornal. Foram seguidos os artigos publicados nos anos de 1880 e 1881 enfatizando a necessidade da transformação da estrutura fundiária na região ao se criticar a grande e incentivar a introdução da pequena propriedade de terra. A retaliação da sociedade escravocrata e latifundiária mediante a clareza das propostas não tardou. O desprestígio do jornal junto aos eleitores levou o proprietário a mudar o discurso e depois a deixar de tocar no assunto.

Revela-se assim, que as idéias de *O Tempo* não estava em consonância com os projetos dos cafeicultores de Valença, enquanto percebemos que *O Vassourense* posicionou-se de acordo com o que queriam os fazendeiros: a manutenção da estrutura fundiária vigente. Foi possível perceber através das análises realizadas que a idéia de retalhamento da grande propriedade não era bem-vinda na região e constituiu um empecilho para as transformações tanto do trabalho quando da estrutura fundiária por ocasião do final do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Jornal *O Tempo* – 1880 e 1882

Jornal *O Vassourense* – 1882, 1884, 1886

Bibliografia

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. – 1850/1888. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SANTOS, Cláudia Regina A. dos. Abolicionismos e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva. **Rio de Janeiro: tempo – espaço – trabalho**. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, 2002.

SILVA, F. C. T. da. *Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição*. In: SILVA, Jaime. **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850 – 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.